

O REPUBLICANO



v. 1, n. 2, maio./agos. 2019



EDITORA

ILUSTRAÇÃO

Expediente

Editor: Fábio César Junges

Imagens da capa: Freepik

Revisão: Os autores

O Republicano, v.1, n. 2, maio/agos. 2019

ISSN: 2675-939X

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel,

Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

2019



O Republicano está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Editorial

Uma constituição verdadeiramente livre, em que todas as classes da sociedade gozem dos mesmos direitos, não pode subsistir à ignorância de uma parte dos cidadãos, que não lhes permite conhecer sua natureza e seus limites, obrigando-os a pronunciar sobre o que não conhecem, de escolher quando não podem julgar; tal constituição se destruiria por si mesma depois de algumas tempestades, e se degeneraria numa dessas formas de governo que não podem conservar a paz no meio de um povo ignorante e corrompido (Condorcet).

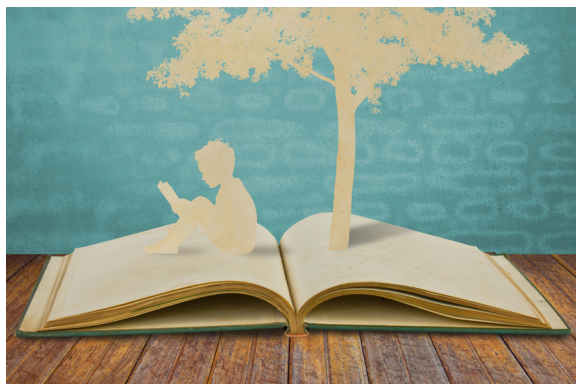
O Republicano dedica-se a assuntos literários, políticos e jurídicos representativos do repertório retórico e argumentativo cultivado pelas tradições republicana e democrática. Apresenta textos que discutem conceitos e práticas relacionadas à organização político-institucional da sociedade, à forma de governo, à cidadania e ao modo de exercício do poder público, em sua configuração histórica e significados distintos, ao modo de um diálogo entre interpretações.

As pesquisas de professores e estudantes aqui anunciadas tem por objetivo refletir sobre tais conceitos e práticas, além de abrir espaço para divulgar produtos, empresas, ideias e projetos. Uma boa leitura a quem nos prestigia com seu tempo.

As palavras e os humanos

Prof. Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles

Há uma permanente luta pelos sentidos das palavras. Para cada palavra vicejam múltiplos sentidos. Eles se deixam flagrar num gesto de demarcação e tomada de posição pelos sujeitos. A mesma palavra, o mesmo movimento, a mesma música significam diferente no diferente. Como já foi dito por muitos teóricos da Análise do Discurso - AD, é impossível desconsiderar que as palavras significam de acordo com que fala, para quem fala, onde, quando e como fala.



Chama atenção a forma como se joga com essa característica produtiva da linguagem em tempos de transições nacionais políticas. Esse já foi um mal que, no início do Século XX, atin-

giu a Rússia de Stalin para quem a língua devia ser limpa de todas as sujeiras para ser a língua de Estado, sobre a qual se pretendia manter o controle. Controle não só da evolução da língua viva, mas também dos sentidos. Stalin fez uso da língua formal, com suas delimitações normativas, para impô-la como a única a ser ouvida pelo poder. “Os mestres da nova língua estalinista dedicam-se eles também, a apagar os traços da memória e a fazer dobrarem-se as imaginações...” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 116). A tentativa de domesticar a língua assombra exatamente porque isso ocorre sempre quando os estados nacionais ficam sob poderes ditatoriais. Os mesmos autores chamam atenção para o fato de que quando se trata do uso da língua, na perspectiva da gestão estatal, são usados mecanismos que separam rigidamente a língua fria, dura, da administração, da língua da criatividade, da poesia, aquela que circula com liberdade para dizer de modo diferente o mesmo. Faz-se com isso uma tentativa de apagar as metáforas.

Avançando do início do século passado para o ano dezesseis do Século XXI, nos deparamos com o Estado brasileiro passando por

Aforismos sobre Educação

Prof. Dr. Adair Adams

Prof. Dr. Fábio César Junges

No princípio era o professor e o aluno e a escola. Na criação da escola surgiram professores de todos os tipos. Daí criou-se supervisores, coordenadores, psicopedagogos e tantas funções para o funcionamento da escola; algum tempo depois, a merendeira. A relação criou também o(a) diretor(a), secretarias diversas e por fim o MEC.



Imensa é a escola! Nela as relações são amplas e apenas morrem quando morrem os que nela passaram. Mas a escola mesma não morre na morte dos seus. Ela continua. É a mesma escola, sempre diferente. Nunca se entra duas vezes na mesma escola. Nem a mesma escola entra duas vezes na vida dos seus.

Um novo dia de aula começa quando outro acaba. Novas conversas, novos silêncios. As paredes tremem de tantas conversas e de tantos silêncios. Cada parte, corredores, calçadas, escadas, mesas e cadeiras, objetos, giz e apagador, internet e computador, papel, caneta, foi criada para os objetivos da alegria da escola.

Muito e pouco se escreve. Muito e pouco se lê. Também, muito e pouco se explica para uns e muito e pouco se compreende, para outros. Mesmo com fins pré-determinados as coisas da escola não podem parar.

Depois de algum tempo a escola começou a ficar triste porque estava pouco conectada com os seus vizinhos de sociedade. Alguns da escola começaram a se perguntar por que as conversas e os silêncios e tudo aquilo que faz parte da escola estavam tão murchos?! Outros não acreditavam que poderia chegar a tal estado, porque não tinha motivos para uma situação de seca. Administração, com especialistas formados em universidades; economia, com produção altíssima de quem à mantinha; tempo, com todo o disponível, na dimensão do virtual com 24 horas por dia; espaço, com todo o planeta; materiais, das mais variadas formas, utilidades, cores e sabores; transporte, os mais confortáveis, rápidos e seguros, senão de toda história da humanidade, ao menos da humanidade atual; comunicação, a mais completa rede de signos,

significados, conceitos, gestos, símbolos e formas de acesso; informação, nem se fala – era tanta que nem se sabe que pudesse existir em tão poucos séculos de gerações. Outros, ainda, acrescentariam muitos motivos mais. Talvez, eles não teriam fim.

Depois de um tempo apresentando motivos, alguns começaram a escutar os antigos falando sobre a escola e sua tristeza. Um senhor disse, certo dia, que isso é algo que em tempos grita e em outros tempos silencia. O termo desses estados escolares mentais, culturais e sociais está num desajuste sobre o reconhecimento do seu mérito e sua glória. E o mesmo senhor continuou dizendo que o desajuste é sobre o dentro e o fora da escola. Os que estão dentro da escola querem um reconhecimento que os que estão fora não só não querem dar, como afirmam que ela não tem. E esse não tem divide-se em duas coisas: primeiro, ela não precisa; segundo, não faz parte de sua função. Os que estão dentro afirmam que o não reconhecimento é uma falta de respeito em tal profundidade, como aquele que cospe no prato após ter se alimentado para continuar vivo.

Bom ou não, há os que estão acima ou abaixo da situação de deserto escolar, propondo algumas formas de irrigação dessa planta já tão antiga. Sob a mais bela capa e o melhor papel foi apresentada uma teoria que parece ser uma fonte de sentido inesgotável para a escola. O título não pode ser apresentado por razões diversas que aqui não podem ser elencadas sob o peso de condenação. O subtítulo, único que nos encorajamos de mencionar, com um tom

bíblico de boa nova, tinha tudo a ver com a situação de murchar ou de secar da escola, basta para ter uma ideia da sua proposição pedagógica: se a escola beber dessa água nunca mais sentirá sede.

Com esse subtítulo desenvolveu-se uma tese pedagógica muito simples, com um método e um conteúdo mais simples ainda. O método: utilizar tudo que de novo fosse criado para se comunicar com todos. O conteúdo: buscar o sucesso e a felicidade utilizando sempre e em alguns casos, criando essas novidades que colocam todos no mesmo encontro. Com isso, parece dispensar grandes manuais pedagógicos, extensas explicações sobre esses manuais, que dependendo de seu conteúdo, as últimas passam a requerer uma explicação sobre a própria explicação. Tomando emprestado uma justificativa de Kant sobre o tamanho da sua primeira grande obra, afirma-se de que algumas teorias por não serem simples e bem fundamentadas, seu tamanho por menores que sejam as tornam maiores que as maiores.

A tese nova é grande em sua função, aplicação e compreensão e pequena em seu tamanho. Ela foi criada com um único fim de deixar felizes os alunos e os professores e a escola. Uma nota, muito pequena, praticamente ilegível, era mais que o rodapé da tese, era uma espécie de pedra intelectual que dava suporte ao método e ao conteúdo. Pois, nada paira no ar que não seja a própria gravidade. Nesta nota há mais coisas que método e conteúdo do que uma tese pode crer. Vamos à nota: *use com moderação para que possas usar sempre, sob pena de chacota*

alcunhas de inferioridade ou de petrificação. Pois, estamos em tudo, dia e noite, no calor e no frio, no sol e na chuva, no orvalho e nos ventos, no líquido e no sólido. Tudo será criado por mim e sem mim nada será.



Da tese se produziu resenhas, artigos, comentários e outras teses um pouco diferentes. Tudo olhava para o mesmo lugar, mesmo que de onde se olhava tinha particularidades idôneas. Então na escola tudo ficou diferente. Novas aulas, novos professores, mas principalmente novos alunos. Todos sorrindo para essa novidade temática. Quando falavam de algo bom, a novidade apresentava o modelo. Quando falavam de algo belo, a novidade era a maior beleza do universo. Quando falavam de algo importante, tudo desaparecia ao lado da novidade.

Todos os que nasciam a partir da fundação dessa tese aprendiam de si ou dos outros que o sal da terra e a luz do ar são as tecnologias internéticas. Tudo o que existe é tecnologia. Eu, nós, vós, eles existimos. Logo, somos tecnologia. Para os que eram da religião, apresentavam

outra versão da nova criação. Pois essa versão lógica dos gregos era aplicada ao sagrado, mas não era o sagrado. Então os mais espertos religiosos reinterpretaram o Gênesis: Deus fez o homem e a mulher a sua imagem tecnológica. Toda essa metafísica existencial passa a fundar qualquer dimensão do novo mundo, seja ela econômica ou educacional, política ou cultural.

Na educação a tese passou a gerar um novo princípio angular. No começo era a tecnologia, depois os alunos e os professores. O apreender se tornou um tempo de delícias, de alegria, de concentração. Tudo isso conforme os tipos de tecnologias. E a regra moral passou a ser: - me diga que tecnologia usa e te direi que aluno ou professor tu és!

Tudo isso estava na nota de rodapé. Alguns não compreendiam por que não a liam. Outros por que liam não compreendiam. Mas a compreensão não importa. O que realmente importa para a tese é que ela existe e faz com que todos cumpram o que ela diz. Ela funda toda a simplicidade e facilidade do método e do conteúdo da tese. Não importa que ela não seja nem simples, nem fácil.

No princípio era a tecnologia e a tecnologia se fez ser humano, assim os mais entusiasmados falavam ou escreviam. *A tecnologia brilha, encanta, seduz, aproxima, apressa, facilita, supera*, assim falavam ou escreviam outros. Nenhum problema que não seja resolvido. Nenhum desafio que não seja superado. Nenhuma meta que não seja conquistada. A tecnologia existe e tudo é permitido. Até mesmo Simão Bacamar-

te teria resolvido seu paradoxo se, ele, homem de ciência ou os de não ciência, os loucos realmente são uns mentecaptos. Aliás, com as tecnologias, se ele não teria extinguido o oceano da loucura ao menos tornado-o um riacho no universo da razão.

Sem as tecnologias não haveria nada na terra, nem o sol nem a chuva, nem as águas nem o fogo. Tudo o que vemos e sentimos no universo, o vemos e sentimos pela tecnologia. Elas são os pensamentos dos seres humanos. Elas foram criadas para a alegria desses pensamentos, para a alegria dos seres humanos. Esplêndido são os pensamentos. Esplêndidas são as tecnologias. Nenhum esforço mais será preciso. Nenhum trabalho que seja de esforço do pensar. Pensar é tecnologizar. A tecnologia tem mais funções pensantes que o próprio pensamento desconhece.

Tudo o que se criou antes da tecnologia foi tornado tecnologia. O professor, o aluno e tudo o que com eles foram criados. Para a tese nova, tudo o que somos podemos ser melhores e maiores tecnologicamente. Ser é ser tecnológico. Não ser tecnológico é não ser. Por isso, o que ainda não é pode ser. E não poder ser tecnológico já não é.

Para o apreender a tecnologia é imortal. Para a tecnologia o ser humano pode ser imortal. E, assim, o sucesso e a felicidade se tornam plenos e eternos porque tudo o resto se torna efêmero.

Sobre a igualdade social

Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti

A expressão igualdade social vincula-se à noção de felicidade pública, a qual depende do gozo de direitos. Ao povo o que mais interessa é que seus direitos se efetivem. É a prática da cidadania que sugere pensar o bem-estar comum no horizonte de uma distribuição mais igual do gozo de direitos. É defensável, dessa maneira, que a instância da economia seja entendida como artifício do homem, relacionada com a satisfação de suas necessidades, sejam elas fictícias ou não. A economia é útil às associações políticas dos indivíduos e aos negócios entre as nações na medida em que, regulada e vigiada, se ajusta à exigência de que a igualdade social se efetive, o que implica reconhecer que o critério racional da igualdade constitui um propósito político para os membros de uma nação.

Condorcet argumenta que o princípio da igualdade corresponde a um pressuposto moral, essencial para se estabelecer vínculos razoáveis entre moral e política. O sentido da igualdade social não se fecha numa abstração. Ele vincula-se ao reconhecimento de que o mundo social é tensionado continuamente pela força de cidadãos que, ao sobreviver em condições que não consideram reciprocamente dignas, almejam conquistar outros meios e modos de

vida mais ajustados aos seus desejos ou às suas necessidades, sejam elas fictícias ou não. Necessidades que não dizem respeito somente aos aspectos econômicos da vida de cada um.



A igualdade social vincula-se, também, por essa perspectiva, com o reconhecimento de que a liberdade de opinião e de iniciativa amplia a efetividade de direitos daqueles cidadãos que, por sua condição ou por livre escolha, fazem da igualdade um critério e um propósito de avaliação do mundo social. O gozo da igualdade impede que a extrema miséria de uma parte do povo seja definida como socialmente aceitável ou justa. Mas a igualdade é criação dos homens, porque na natureza tudo parece distinto. Ela não decorre, simplesmente, de nossos códigos genéticos, senão que representa um cons-

truto das faculdades que dispomos de produzir sentimentos e de raciocinar.



Ao cobrir os diferentes indivíduos dos direitos naturais constituintes da humanidade e da cidadania, Condorcet denunciou, no texto “Reflexões sobre a escravidão dos negros” (1781), que o sequestro de indivíduos nas fronteiras do continente africano; a submissão deles, assim como de sua descendência, a um regime de trabalho escravo; e a indiferença social frente aos maus tratos a que eles eram submetidos, constituíam uma flagrante injustiça e perversidade (oriunda de hábitos repulsivos herdados do passado); envergonhavam profundamente o ideário social iluminista; e representavam um ultraje frente aos direitos declarados naturais e aos princípios racionais que os informavam. Para o filósofo, mais importante que proclamar publicamente direitos e princípios seria efetivá-los de tal modo que as realidades narradas não mais apresentassem como característica comum uma inconciliável dissensão

entre o mundo em que se vivia e o imaginário republicano da igualdade e da liberdade.

A personagem principal do conto “Cartas de um burguês de Novo Hampshire a um cidadão da Virgínia sobre a inutilidade de dividir o poder legislativo em vários corpos” (1787) expõe através de correspondências o que julga favorecer uma justa instituição social, assentada sobre uma Constituição cujos princípios se fundam em direitos naturais dos homens. Tais direitos, anteriores, por assim dizer, às instituições sociais, recebem o nome de naturais porque, desde o momento em que um ser sensível é reconhecido, por ser capaz de raciocinar e adquirir ideias morais, resulta necessariamente que deve gozar desses direitos, não podendo ser privado deles sem injustiça. Condorcet (1945) dá voz ao burguês de sua ficção para argumentar que um desses direitos é o de votar acerca de interesses comuns, seja por si, seja por representantes livremente eleitos. Um Estado em que parte dos homens são privados desse direito deixa de ser um Estado livre, transformando-se em uma aristocracia de maior ou menor amplitude.

O remetente das cartas sentencia que em nenhuma parte seria livre o cidadão, obreiro, doméstico, granjeiro, se ele fosse dependente de outro cidadão mais rico. Em nenhuma parte o homem degradado, embrutecido pela miséria, seria igual ao que recebesse uma educação esmerada. Haveria necessariamente duas classes de cidadãos em todo lugar onde existissem pessoas muito pobres e muito ricas. A igualdade republicana não poderia subsistir num país

no qual as leis civis, financeiras e de comércio fizessem possível a existência prolongada de grandes fortunas.

Coutel questiona o sentido da palavra igualdade na obra de Condorcet: “Como conciliar a afirmação: todos os homens são iguais, sobre o plano político e dos direitos do homem, com a ideia de que os espíritos e talentos não são semelhantes? Como fazer para que essa diversidade não seja interpretada de tal modo que hierarquize as pessoas?” (2006, p. 02). Diante dessas questões, argumenta que a igualdade de instrução previne tanto o retorno da desigualdade de acesso aos saberes como a tentação do “igualitarismo” que, a partir da igualdade moral e política dos homens, despreza os talentos e as luzes: “a instrução pública condorcetiana não cede a um entusiasmo simplificador nem a um obscurantismo igualitarista, pois coloca os saberes à disposição de todos sem sacrificar a excelência e a diversidade dos espíritos e dos talentos” (p. 11).

A hipótese de que os negros teriam sido comprados por um ato de humanidade foi radicalmente deplorada por Condorcet, para quem o tráfico, a venda e a compra de homens com a finalidade de escravizá-los constituía um abominável crime. Ademais, os senhores de escravos não poderiam, sem para isso incorrer em contradição, tornar seus o sentimento de humanidade frente aos casos de maus tratos que alcançavam notabilidade pública. Condorcet interroga se por acaso é justificável que os senhores de escravos ainda cobrassem em energia de trabalho uma escravidão alegada como de-

corrente de atos de humanidade. Mais que isso, interroga se seria justificável uma propriedade perpétua sobre os negros, inclusive sobre sua descendência, incluindo o direito de obrigar a trabalhar indefinidamente.

Condorcet considera que as sociedades políticas, por dever de justiça, não devem ter outro objetivo maior que o de preservar indistintamente os direitos daqueles que a integram. Nesse sentido, qualquer lei que viole os direitos humanos ou os princípios racionais deve ser considerada uma lei injusta ou tirânica. O filósofo denuncia, no texto “Sobre a admissão do direito de cidadania às mulheres” (1790), o fato de que direitos e princípios que justificam a igualdade política e de fato entre mulheres e homens estivessem sendo solenemente violados na medida em que as mulheres, a metade do gênero humano, eram privadas do direito inegociável de contribuir com a formulação das leis que elas próprias eram estimuladas pelos homens a cumprir.

A opinião segundo a qual era inconveniente, ou mesmo perigoso, reconhecer os direitos de cidadania às mulheres, porque dessa forma os homens se tornariam amplamente sujeitos à influência delas, é menosprezada pelo filósofo, para quem a influência que a mulher venha a exercer sobre os homens na vida pública provavelmente ainda seja menor que a influência que elas já exerceram sobre eles na vida privada, desde sua mais tenra infância, seja como mães ou esposas.

Na dissertação “é conveniente enganar ao povo?” (1778), Condorcet refere que à sua época habitualmente se escolhiam mulheres e crianças como seres humanos que deveriam ser entregues ao erro. No que respeita às mulheres, o filósofo reitera que, no seu entendimento, não há mais diferença entre elas e o gênero masculino que as que correspondam ao físico próprio de seu sexo. Desse modo, a ideia de que fosse preciso submetê-las a erros dos quais os homens estariam isentos não poderia suster-se senão por quem ainda quisesse ser seu tirano (2010, p. 113).

Como se vê, um sagaz estilo de argumentação e de narração é cultivado por Condorcet para discutir a desigualdade de riquezas e de gênero, bem como as diferenças étnicas e religiosas, intencionando convencer seus leitores da importância de se efetivarem princípios e direitos declarados razoáveis, inegociáveis e imprescritíveis. Com efeito, as narrações e argumentos do filósofo reconhecem que a humanidade fez longas jornadas antes que direitos declarados naturais pudessem ser proclamados publicamente. Para o autor, ou nenhum indivíduo da espécie humana tem direitos ou todos os possuem igualmente.

A miséria deve ser apenas um acidente para algumas famílias e não a condição habitual de uma classe numerosa. Condorcet propõe que, ao se eliminarem as desigualdades escandalosas de riquezas, também se elimina um dos principais fatores da corrupção moral de um povo: o uso de meios ilegítimos para promover os próprios interesses. Não cabe à lei educar o

povo. Cabe a ela determinar as normas comuns que devem proteger os indivíduos. Não são os legisladores que devem formar a moral de um povo, mas a instrução pública. Não se forma a moral de um povo sem formar a sua razão. A formação da moral dos indivíduos não ocorre sem passar pela questão da justiça social, não só na perspectiva formal do direito, mas também no que diz respeito às desigualdades de fato e às injustiças econômicas.

Condorcet correlaciona a questão da instrução com valores políticos, tais como a igualdade e a liberdade. Silva (2004) assinala que, no tocante à correlação entre igualdade e liberdade, não há, no pensamento de Condorcet, uma solução definitiva. Para o comentador, ela é um paradoxo e, como tal, deve persistir. Esse paradoxo torna a própria sociedade imperfeita ou perfectível, sujeita a melhorias constantes, mas sem ter um desfecho. O ideal é, também, ajustável. Esse paradoxo torna a sociedade democrática aberta. Qualquer solução definitiva seria tirânica.

O desrespeito à propriedade do rico nasce do fato de que os pobres veem a riqueza como uma espécie de usurpação. O fato de isso ser quase sempre correto produz consequências morais indesejáveis. Condorcet (2013) sugere que a usurpação reside na concentração da riqueza nas mãos de poucos e nas leis que permitem isso. Em si, a desigualdade não seria um mal, mas sim a dependência, que pode gerar a escravidão, ou lançar indivíduos à miséria e ao desalento. A injustiça na distribuição das riquezas correlaciona-se com uma desigualdade mais

originária do que a desigualdade de propriedade. O autor considera que a razão da injustiça está na divisão dos homens entre os que estão supostamente destinados a ensinar e os que teriam sido produzidos para crer: uma classe querendo se elevar acima da razão, e a outra renunciando humildemente a sua, e se apequenando abaixo da humanidade.

Referências

CONDORCET. *Cartas de un burgués de Nuevo Hampshire a un ciudadano de Virginia sobre la inutilidade de dividir el Poder Legislativo entre vários cuerpos* (1787). Tradução de Tomás Ruiz Ibarlucea. Buenos Aires: Editorial Elevación, 1945.

CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

CONDORCET. *Es conveniente engañar al pueblo?* Tradução de Javier de Lucas. Madrid: Diario Público, 2010a.

CONDORCET. *Réflexions sur l'esclavage des nègres*. Paris: Bibliothèque nationale de France, 1781. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acessível em: 10 mai. 2014.

CONDORCET. *Sur l'admission des femmes au droit de cité*. Paris: Bibliothèque nationale de France, 1790. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acessível em: 10 mai. 2014.

COUTEL, Charles. *La question de l'égalité*. Artois (França): s.n., 2006.

SILVA, Sidney Reinaldo da. *Instrução pública e formação moral: a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

“Nasceu uma criança entre nós”

Profa. Me. Cassiana Everling

Vir ao mundo é como entrar no palco de uma peça teatral milenar, acompanhado das palavras e ações dos atores do presente e dos “ecos de vozes que emudeceram” (BENJAMIN, 1994, p. 223). Para desempenhar o papel reservado a cada nova geração e sair de cena antes que a peça tenha terminado, é necessário saber o que já ocorreu na peça. Apesar do enredo não estar determinado, o conhecimento e a compreensão do anteriormente desenvolvido é condição básica para se orientar e se movimentar no palco da condição humana.



“As coisas vivas aparecem em cena como atores em um palco montado para elas. O palco

é comum a todos os que estão vivos, mas ele parece diferente para cada espécie e também para cada indivíduo da espécie” (ARENDDT, 2014, p. 37). No palco já montado faz muitos anos, chegamos sempre atrasados e, ainda, teremos de deixá-lo com antecedência. Apesar do curto espaço de atuação que nos foi reservado, é possível dar à peça rumos imprevisíveis, uma vez que o palco parece diferente para cada indivíduo.

Cada nascimento de uma nova criança é, neste sentido, um milagre que salva a conversa da humanidade, uma vez que “o período de vida do homem arrastaria inevitavelmente todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-los e iniciar algo novo” (ARENDDT, 2015, p. 305). Os recém-chegados introduzem algo tão inesperado e “imprevisivelmente novo que nem a esperança nem o temor tê-lo-ia previsto” (ARENDDT, 2015, p. 270).

Isso significa que, por um lado, a conversa já é milenar e, por outro, que a todo instante novas conversas são introduzidas por meio da chegada dos novos. A presença inesperada dos recém-chegados requer dos mais velhos a inserção dos novos na dinâmica da conversa milenar e, ao mesmo tempo, espaço para que

possam instaurar novos discursos imprevistos pelas gerações mais velhas. Ainda, a conversa milenar é considerada velha e até obsoleta para os novos, mas é por meio dela que estes podem ser introduzidos no mundo velho e não apenas na vida. Já a novidade que os recém-chegados introduzem nesta conversa histórica, tão logo será velha para as gerações subsequentes (Cf. ARENDT, 2014a, p. 243).

Portanto, “o milagre que salva o mundo, o domínio dos assuntos humanos, de sua ruína normal, ‘natural’ é, em última análise, o fato da natalidade” anunciado pelos Evangelhos como “‘boa-nova’: ‘Nasceu uma criança entre nós’” (ARENDT, 2015, p. 306).

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.